

A CONTRIBUIÇÃO DA MULHER ECONOMISTA AO LONGO DA HISTÓRIA E A SUA PRESENÇA NA ÚLTIMA DÉCADA NO PARANÁ

Ivani da Silva Arnhold¹
Andréa Cristhine Prodohl Kovalczuk²

INTRODUÇÃO

Desde as décadas de 1960 e 1970, conforme descreve Gonçalves (2021) se conforma um desequilíbrio estabelecidos entre oferta de graduados e demanda de economistas resultante de questões associadas com problemas estruturais de excesso de oferta, estoques e fluxos que determinam efeitos negativos sobre a força de trabalho deste contingente, as empresas e sobre o próprio país que demandaram ao longo do tempo processos de ajuste e reestruturação produtiva motivados pelas causas e consequências diretas dos processos de expansão, desaceleração e declínio da produção de economistas no país que se iniciaram no século XX. O problema estrutural do excesso de oferta do final da década de 1960, se mostrou especialmente grave porque era motivado pela baixa qualidade do ensino de Economia no país que se estendeu até meados dos anos 1970.

Para o autor uma das formas de tratar esta questão se projetou a partir da década de 1960, baseada na própria evolução do ensino da graduação de Economia a partir da melhoria da qualidade do mesmo e a expansão das organizações públicas de ensino superior e aprimoramento da presença dos docentes em horário integral, mais qualificados, entre outras coisas que determinaram a perda de peso por parte das organizações privadas, que contudo, ainda permaneceram dominantes no mercado da graduação em Economia. Em 1995 o Brasil contava com 195 cursos de Economia, divididos em 124 privados; 34 federais; 20 estaduais e 17 municipais, assim, as organizações privadas neste período eram responsáveis por aproximadamente 60% dos cursos, matrículas e conclusões de cursos de graduação conforme a Sinopse Estatística do Ensino Superior de divulgada pelo Ministério da Educação e Cultura e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC-INEP) do mesmo ano. Já no ano de 2019 o país contava com 192 organizações de ensino e 264 cursos, onde 116 eram privadas e disponibilizavam 155 cursos presenciais e a distância.

Neste período o estudo desenvolvido por Madalozzo (2010) disponibilizou que as mulheres alcançaram ocupações tradicionalmente masculinas, incluindo dados de que em 1978 as mulheres representavam 18,76% dos economistas, já em 2007 este número passou para 76 % dos economistas do país.

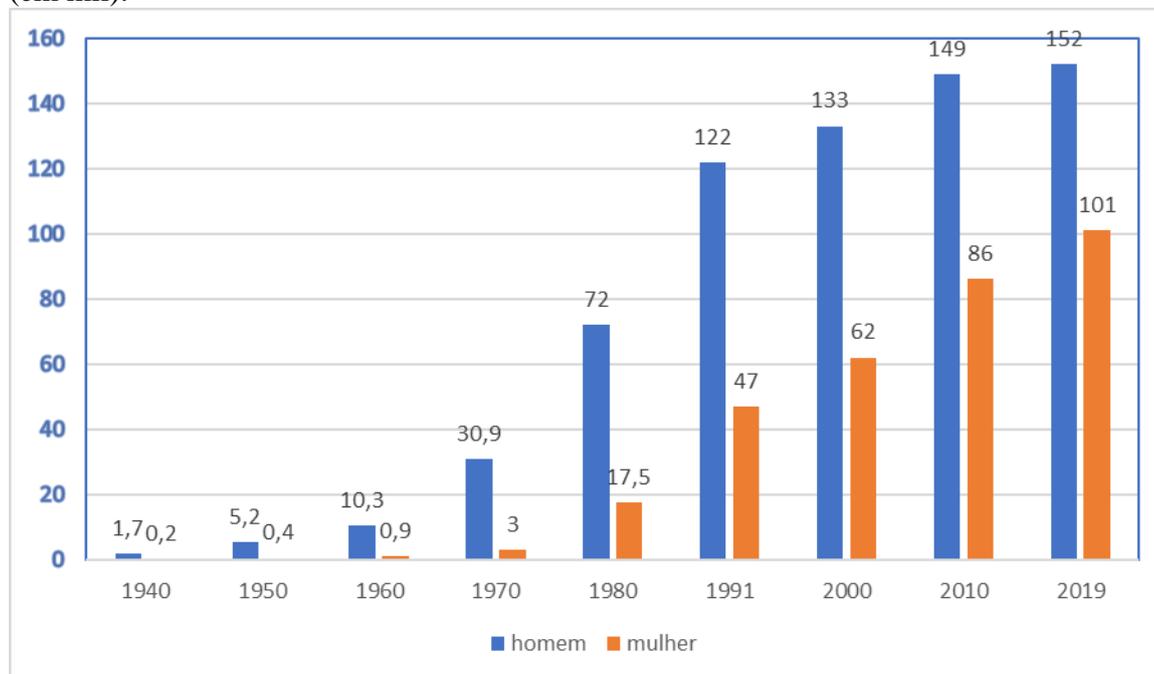
O cenário internacional, de acordo com as informações disponibilizadas por Jansen (2020) diversas mulheres ocupava os postos chaves de economista no final da década de 2010 em algumas das principais organizações internacionais, a exemplo de Gita Gopinath figurando os quadros do Fundo Monetário Internacional (FMI); Pinelopi Goldberg marcando presença no quadro do Banco Mundial; Laurence Boone atuando na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Beata Javorcik trabalhando no Banco de Reconstrução e Desenvolvimento da

União Europeia (EBRD). A autora ainda destaca o papel da economista Janet Yellen na presidência do Federal Reserve Board (FED) dos Estados Unidos desde 2014 e a presença marcante de Christine Lagarde como presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI) pelo período de oito anos de 2011 até 2019, reforçavam a participação profissional feminina no âmbito econômico.

Contudo, no Brasil, a presença de mulheres economistas em posições de semelhante importância não se conformou de semelhante maneira, com algumas poucas e frágeis exceções que a autora destaca como relevantes formuladoras da economia do país, a exemplo de Maria da Conceição Tavares, uma ministra da economia Zélia Cardoso de Mello, Laura Carvalho economista e professora universitária brasileira, que atua como diretora global do programa de Equidade das *Open Society Foundations* e é fundadora do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades – Made.

A presença da mulher economista, segundo Gonçalves (2021) após a década de 1980, relata o autor que a evolução da profissão de economista se infunde ao processo de feminização do mercado de trabalho, demonstrando que as informações dos censos demográficos divulgaram que no ano de 1940 dos 1893 economistas no país apenas 158 eram mulheres, mas houve um avanço rápido nas décadas seguintes, atingindo valores de 17,5 mil mulheres economistas em 1980 e 86 mil em 2010 como se pode visualizar pelo exposto no Gráfico 1. A partir disso, as estimativas indicavam que já em 2019 as mulheres economistas superariam os 101 mil, estimativa de projeção com a curva logística com dados para 1950-2010 e ponto de inflexão em 1980.

Gráfico 1 – Crescimento do número de economistas mulheres e homens no período de 1940 a 2019 (em mil).



Fonte: Gonçalves (2021, p. 12).

Diante da análise deste gráfico pode-se perceber que houve um aumento contínuo da participação das mulheres economistas de 7,14% em 1950 para 19,6% em 1980 e 36,6% em 2010, sendo estimado um aumento desta participação em 40% em 2019. A contribuição das mulheres economistas aumentou 125% entre 1950-60, em 2000-10 aumentou 38,7% e 17,44% em 2010-19, sendo que o autor informa que desde a última década do século XX as mulheres constituem a maioria no total dos concluintes dos cursos de economia brasileiros. Repousa esta análise no próprio processo de feminização da educação superior no Brasil e no exterior devido ao avanço da modernização determinada ativamente pela participação mais intensa das mulheres no mercado de trabalho.

Contudo, reforçam Rocha; Diaz e Pereda (2020) que mesmo diante da maior inserção de mulheres no ensino superior que se intensificou nas últimas décadas, ainda se constata que a participação de mulheres na carreira em Economia é baixa, visto que eram 57% das universitárias no Brasil, mas apenas 38% dos estudantes de Economia no ano de 2019.

Diante disso, o objetivo deste estudo é buscar entender a presença da mulher economista ao longo da história e a sua presença na última década no Paraná.

A PRESENÇA DA MULHER NO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ECONÔMICO

De acordo com Bohn e Fernandez (2022) além das inúmeras reivindicações de trabalho das economistas ainda se insere o tema de um resgate do papel das mulheres no desenvolvimento da história do pensamento econômico, pois sabe-se que houveram trabalhos e contribuições importantes a serem resgatados, visto que algumas delas tiveram convivência direta com grandes nomes do pensamento clássico e neoclássico e discutiram com os mesmos suas ideias e outras foram esposas com participação ativa na produção dos seus maridos, sem que tivessem o merecido reconhecimento por isso. Grande parte destas mulheres teve seu conhecimento de economia de maneira autodidata devido a falta de possibilidade de acesso ao ensino superior e às carreiras acadêmicas, tendo se dedicado apenas a divulgação científica.

Neste rol de mulheres economistas da história, as autoras apresentam a vida e a obra de Jane Marcet (1769-1858) analisada diante de papel como mulher economista e das possibilidades que sua obra trouxe para que outras mulheres juntamente com pessoas comuns alcançassem o acesso às discussões econômicas, em face de que mesmo entre os homens da época a economia não se apresentava como um tema usual. A produção desta mulher economista se desenvolveu, portanto, fora do âmbito universitário e sem contar com o aval dos acadêmicos, contudo alcançaram grandes efeitos ao credibilizar os temas econômicos, incluindo possibilitar maior conhecimento dos economistas clássicos e lhes instituindo autoridade institucional (HOLLIS, 2002).

Outra contribuição importante do trabalho de Marcet é o âmbito pedagógico adotado por suas estratégias educacionais, a partir da publicação de *Conversations on Chemistry* (1809) (HOLLIS, 2002; DIMAND; FORGET; NYLAND, 2004). Outro livro publicado em 1816, *Conversations on Political Economy; on which the elements of that Science are familiarly explained*, destinado a jovens leitores, em especial de camadas sociais mais ricas, aborda a economia política enquanto uma ciência, partindo da utilização de diálogos, contudo para abordar

conceitos reais/não-ficcionais explorados de maneira didática, ou ainda de maneira familiar (HOLLIS, 2002). O tema proposto é questionado a partir de sua percepção de mundo que identifica injustiças e desigualdades sociais, buscando revelar que algumas iniciativas que se inseriram com o objetivo de melhorar a vida das massas poderiam estar equivocadas no âmbito do estudo da economia política (HENDERSON, 1995).

Na sua obra *John Hopkins's Notions on Political Economy* (1833) a economista autodidata buscou evidenciar conceitos de que a riqueza das camadas favorecidas poderia ser benéfica a todos porque atuaria como incentivo a economia, partindo do pressuposto de que o conforto dos pobres é derivado da riqueza dos ricos.

Entendem Henderson (1995) e Bodkin (1999) ao estudar a obra de Marcet, que está economista colocava as mulheres como importantes atores na economia doméstica além de estabelecer uma profícua relação entre a família e a esfera pública, pautando parte do seu entendimento econômico suportado pela sua experiência como agente social suscitando questionamentos estabelecidos à partir do reconhecimento de que as mulheres tinham a capacidade de pensar e tomar decisões racionais da mesma forma que os homens e, de maneira cooperativa, entender a economia por meio de exemplos implementados em textos antigos e contemporâneos e na literatura acerca do tema, demonstrando que não existe restrições para o conhecimento feminino nesta área.

Para Bohn e Fernandez (2022) a história do pensamento econômico colocou as mulheres em posição marginal bem como suas importantes contribuições no sentido de tornar a Economia uma disciplina autônoma. Por isso avaliar as contribuições das mulheres economistas da história do pensamento econômico torna claro a maneira como seus trabalhos ao usarem de aportes, ferramentas e objetivos diferentes dos que são comumente utilizados nos tradicionais espaços do saber, demarcados pelo empirismo e pelo positivismo lógico trouxeram contribuições expressivas no avanço da economia enquanto disciplina pensante. Neste contexto, Jane Marcet e suas obras, contribuíram para o ensino de economia, ao direcionar-se para um trabalho de disseminação do conhecimento econômico para fora dos muros acadêmicos que foi capaz de dispor a economia política no âmbito do currículo educacional dos jovens das classes altas utilizando-se de literatura e contação de histórias em distintos formatos.

Diante da relevância do papel da mulher no entendimento e compreensão da economia enquanto tema de trabalho da necessidade da mulher em se inserir de maneira enfática e decisiva no mercado de trabalho está totalmente associado a seu crescimento enquanto presença neste setor.

O CRESCIMENTO DA PRESENÇA DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Como se tem conhecimento, no Brasil existe uma correlação direta entre a taxa de participação da mulher no mercado de trabalho que teve sua ampliação significativa pelo menos desde a década de 1950 e a concomitante ampliação dos seus níveis educacionais. Assim, apontam Leone e Portilho (2018) que nas décadas subsequentes houve influência de três fatores para que se consolidassem essas transformações culturais e sociais, o aumento dos níveis educacionais femininos que determinaram uma relevante redução no hiato de gênero; a ampliação na taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho e a diminuição da taxa de fecundidade.

A força de trabalho é explicada pela ILO (2017) como a oferta da força de trabalho disponível para a produção de bens e serviços em uma economia, sendo então a proporção da população que é economicamente ativa, ou seja, todas as pessoas que exercem força de trabalho (população ocupada) para a produção de bens e serviços durante um período específico.

De conformidade ao World Bank (2018) as estimativas de mulheres na força de trabalho são geralmente inferiores às dos homens e não são comparáveis internacionalmente, refletindo que as tendências e normas demográficas, sociais, legais e culturais determinam se as atividades das mulheres são consideradas econômicas.

O World Bank (2018) assevera que em muitas economias de alta renda, as mulheres têm adquirido cada vez mais o ensino superior, resultando em carreiras de longo prazo e mais bem compensadas, em vez de empregos de menor duração e menos qualificados. Contudo, o acesso a ocupações bem remuneradas para mulheres permanece desigual em muitas ocupações e países em todo o mundo.

Conforme Bolt (2004) a introdução da mulher na força de trabalho sucedeu com maior rigor no período envolvendo a I e II guerra mundial, visto a necessidade de os homens irem para frente de combate e passar a existir a indispensabilidade das mulheres assumirem os negócios da família, posição assumida normalmente pelos homens no mercado de trabalho.

A influência das ações femininas nos Estados Unidos colaborou para uma movimentação que já dava sinais no século XIX, um evento que não se submeteu a fronteiras. Na sequência, uma sucessão de fatos demonstra a evolução das mulheres na linha do tempo da história do trabalho, a começar por fatos ocorridos nos Estados Unidos e no Brasil.

Conforme explicitam Diogo; Coutinho (2006) a articulação estabelecida entre as categorias gênero e trabalho abre a possibilidade de redefinição do conceito de força de trabalho a partir de outros alicerces que dispõe que o capital se comunica com o masculino e o feminino de maneira distinta, discriminando a força de trabalho empregada nos postos de trabalho e sexualizando as profissões. As autoras prelecionam sobre a necessidade de manter a atenção acerca de algumas características do trabalho feminino porque acreditam que elas podem aumentar e justificar os mecanismos de excludentes que incidem sobre as mulheres no mercado de trabalho. Elas partem do pressuposto de que estudar as mulheres trabalhadoras deve considerar primeiramente que elas desenvolvem grande quantidade de trabalho não remunerado, o trabalho doméstico e o cuidado com filhos e a família.

Reforçando esta discussão, Yannoulas (2002) descreve o processo de crescimento da força de trabalho da mulher no Brasil relacionado diretamente com uma importante mudança de perfil. Na década de 1970 as mulheres que estavam na disputa de colocações no mercado eram em sua grande maioria jovens, solteiras e sem filhos; após algumas décadas houve uma mudança neste padrão que chega até os dias atuais, que são mulheres de mais idade, casadas e com filhos. Esta mudança trouxe a necessidade de se sopesar o trabalho doméstico como elemento fundamental e de grande importância no estudo do trabalho feminino.

No âmbito da economia, Asbahr (2011) descreve que a discussão acerca da discriminação da mulher no mercado de trabalho têm se direcionado por duas vertentes, essencialmente: a primeira delas está relacionada aos estudos que se preocupam com a concepção de modelos analíticos que encontram base em várias pressuposições teóricas que delineiam as condições nas

quais esse tipo de discriminação tem sua existência ancorada; e a segunda que conglomeram múltiplas pesquisas empíricas que buscam mensurar esta discriminação de maneira a quantificar a diferença em termos salariais entre homens e mulheres que apresentam produtividade análoga.

Diante deste cenário a busca pela compreensão da presença da mulher economista no contexto do mercado de trabalho é de suma relevância, contudo, é dificultado por ausência de dados concretos que embasem esta participação feminina em uma área crucial para o país. De qualquer maneira se passa a trazer os dados disponíveis que possam demonstrar esta sua presença.

A PRESENÇA DAS MULHERES ECONOMISTAS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Conforme descreve Jansen (2020) informações disponibilizadas pelo Conselho Regional de Economia (CORECON) para o ano de 2018 mostram que 26,8% dos registros profissionais de economia eram de mulheres, contudo, quando se procedia a análise da presença feminina na graduação em economia brasileira observou-se que as mesmas representavam 43% das formandas em 2017, mesmo significando que fossem minoria no curso específico, de maneira distinta do que ocorria na maior parte dos outros cursos superiores.

A Tabela 1 mostra a relação entre ingressantes e concluintes, onde se incluiu o curso de economia na categoria “negócios, administração e direito”, analisando o período compreendido entre 2015 e 2021.

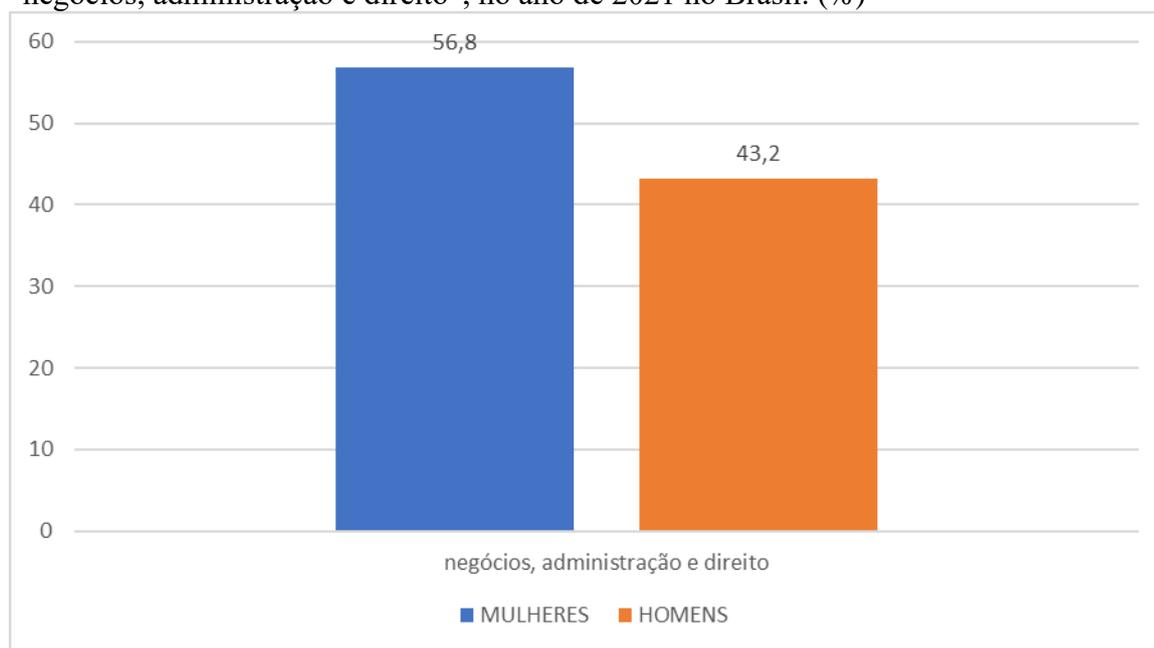
Tabela 1 - Número de ingressos e de concluintes, ambos os sexos, para cada 10.000 habitantes conforme área geral do curso – Brasil 2015-2021 (%)

Negócios, administra- ção e direito	Ingressantes							Concluintes						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	48,8	49,3	53,2	55,9	58,6	59,2	60,8	21,2	20,4	20,8	19,9	21,6	21,5	20,5

Fonte: INEP, 2021, p. 57.

O Gráfico 2 mostra a relação percentual entre concluintes, onde se incluiu o curso de economia na categoria “negócios, administração e direito”, entre homens e mulheres para o ano de 2021, o que demonstra o interesse pela área em discussão, especialmente entre os ingressantes nos cursos relacionados com a temática narrada.

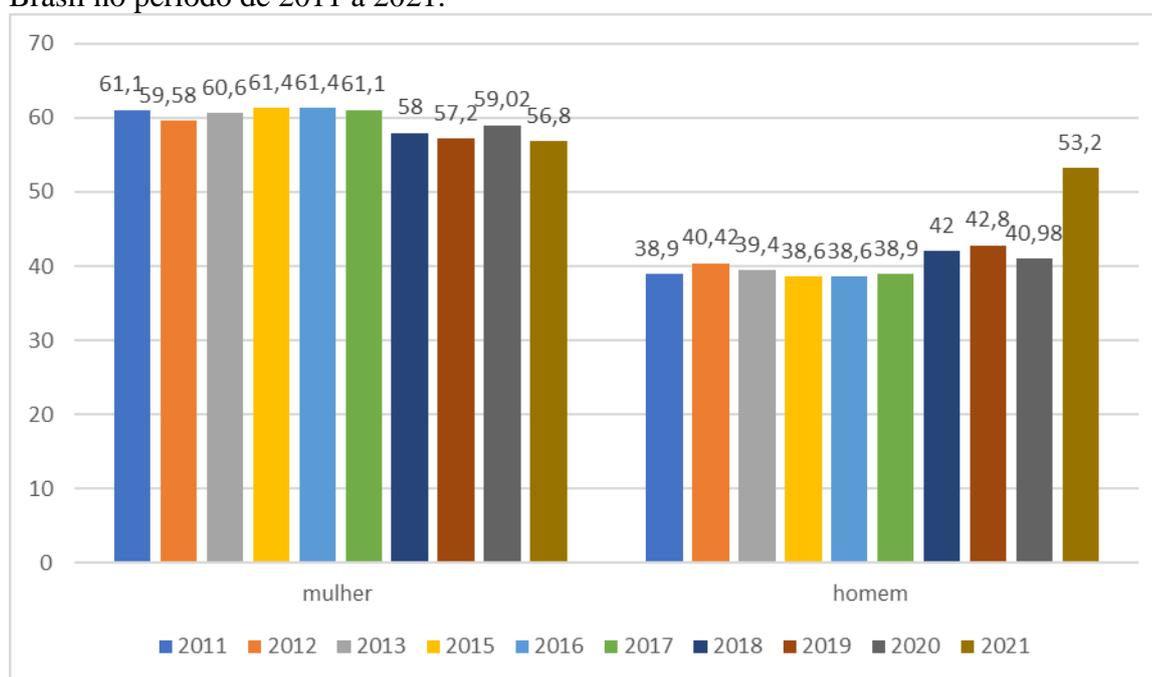
Gráfico 2 - Distribuição percentual dos concluintes de graduação, por sexo, para a categoria “negócios, administração e direito”, no ano de 2021 no Brasil. (%)



Fonte: INEP, 2021, p. 73.

A presença feminina percentual em concluintes de âmbito geral pode ser vista pelo exposto no Gráfico 3, que mostra que as mulheres expressam a maioria dos concluintes nos cursos que podem estar relacionados com a área da economia, visto que os documentos disponíveis não discriminam especificamente o campo estudado.

Gráfico 3 – Análise percentual da participação da mulher nos concluintes gerais de graduação no Brasil no período de 2011 a 2021.



Os resultados apresentados pelo gráfico acima demonstram o que os estudos sobre a participação da mulher na formação acadêmica têm trazido acerca dessa inserção ser maior que a do gênero masculino quando se considera todas as áreas do conhecimento, pode-se visualizar que a participação deste contingente tem sido recorrentemente maior, tendo apresentado uma tendência de manutenção dos níveis.

Buscando reforçar a participação da mulher economista no âmbito da formação acadêmica utilizou-se dados disponíveis obtidos no INEP para traçar o cenário da inserção da profissional nesta área no estado do Paraná. Assim, adentrando a área de ciências econômicas/economia, traz-se os seguintes resultados.

Tabela 2 - Descrição dos indivíduos ingressantes, matriculados e concluintes de curso de Ciências Econômicas/Economia por gênero no período de 2011 a 2021 em número de indivíduos - Paraná.

	Ingressantes		Matriculados		Concluintes	
	M	H	M	H	M	H
2011	478	823	1780	2888	280	331
2012	517	812	1778	2875	252	345
2013	504	727	1747	2705	242	337
2014	463	732	1737	2676	261	299
2015	456	828	1685	2722	212	310
2016	440	927	1650	2803	244	290
2017	494	986	1601	2880	213	276
2018	518	1016	1584	2991	218	281
2019	590	1318	1621	3283	189	296
2020	611	1510	1695	3578	125	243
2021	808	1820	1773	3783	168	322

FONTE: INEP (2011 a 2021).

Ao se analisar a tabela acima, contudo, pode-se observar uma realidade distinta daquela encontrada em âmbito geral das áreas do conhecimento, pois o número de mulheres que concluem cursos de economia tem se mantido ao longo da década analisada menor que os concluintes do gênero masculino. Além disso, observa-se que o número de mulheres que ingressam nos cursos de economia, de maneira geral tem sido menor que o de homens que entram nos mesmos, especialmente quando se foca nos três últimos anos da série.

Os dados obtidos são bastante expressivos visto que a metodologia adotada pelo Inep se pauta pela adoção de um método de acompanhamento do fluxo de alunos que é realizado para cada corte ao longo dos anos em análise à trajetória universitária que leva em consideração indicadores de permanência, desistência e conclusão anualmente e também de maneira acumulada a cada ano, o que resulta um tipo de indicador que é construído ao longo de bastante tempo de forma consistente, visto se pautar ao menos pela duração do ciclo de matrículas, resultando em índices capazes de absorver as influências que mudanças repentinas no cenário podem impor.

Para Cabello (2021) em análise realizada no período de 2015 a 2019 pode-se constatar que existe grande heterogeneidade nos valores para a taxa de conclusão acumulada dos cursos de economia, sendo que as taxas de conclusão acumulada nesses cinco anos se mostraram maiores que as taxas de conclusão acumulada no mesmo período em outros cursos e que ainda assumem a tendência de serem superiores em instituições privadas em relação a instituições públicas. Estes resultados ficam claros na tabela 3 que segue:

Tabela 3 - Taxa de Conclusão Acumulada Média Instituições Públicas e Privadas nos últimos 5 anos (%)

Tipo de instituição	TCA Média - Economia	TCA Média - Geral
Privadas	22,34%	13,64%
Públicas	17,33%	8,63%

Fonte: INEP (2016 a 2021).

Tabela 4 – Total de registros no CORECON de homens e mulheres no período de 2013 a 2022 - Paraná

Ano	Registros sexo feminino	Registros sexo masculino	Percentual fem x masc
2013	912	2390	38,15%
2014	883	2353	37,52%
2015	851	2313	36,79%
2016	816	2276	35,85%
2017	810	2241	36,14%
2018	789	2203	35,81%
2019	747	2009	37,18%
2020	703	1939	36,25%
2021	687	1843	37,27%
2022	668	1810	36,90%
2023	670	1822	36,77%

Fonte: CORECON (2021).

Os registros do CORECON demonstram e reforçam os achados deste estudo em termos de maioria masculina no cenário da Economia do Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços analisados da situação das mulheres, à medida em que se consolidam o desenvolvimento na carreira econômica, menor é a proporção de mulheres no mercado de trabalho em relação aos outros campos de atuação.

Concomitantemente com o fato de que as mulheres assumam a liderança no ranking de concluintes de cursos acadêmicos em âmbito geral, na área da Economia ainda se encontram em número inferior aos homens no mercado de trabalho neste campo, mesmo diante das expressivas contribuições que têm sido recorrentes ao longo da história em termos de conhecimento da área, demonstrando que ao se tecer considerações sobre sua participação na economia nacional, sua participação tem sido restrita e demanda que sejam discutidas e revistas as questões pontuais que remetem ao desenvolvimento de áreas de estudo na Economia que se destinem ao gênero, focando a carreira de economistas de maneira específica, pois a profissão deve se preocupar com estas questões diante do potencial inerente das mulheres economistas e suas possibilidades de contribuição para o setor.

A trajetória das mulheres na Economia no Brasil ainda se mostra escassa e acanhada desde os primórdios da carreira de economista no país, onde não se aborda em profusão a presença de mulheres. Sabe-se que estas mulheres existem, mas a análise desta presença e contribuição não é o foco de trabalhos sobre esses anos iniciais, considerando sua Inserção no mercado de trabalho.

Entende-se que as mulheres economistas se incluem como peças-chaves para o desenvolvimento de qualquer sociedade que se pretenda inclusiva e justa porque são, de maneira geral, bastante capacitadas e dedicadas à pesquisa e aos domínios das práticas da profissão. Seus conhecimentos englobam macroeconomia, economia solidária, perícia, dados, comércio exterior, e muitos outros ramos da profissão.

Diante disso argumenta-se: por que as mulheres economistas ainda não se destacam em todas as áreas da Ciência Econômica, incluindo aquelas áreas que são rotuladas por alguns como masculinas? Além disso pode-se apontar que entre os entraves para a participação mais ativa das mulheres economistas em áreas financeiras em bancos e mercado de capitais, macroeconomia, perícia econômico-financeira, entre outras, se encontram questões como continuidade na sua carreira ocasionada por problemas estruturais da sociedade, onde se inclui a maternidade, por exemplo, que influencia diretamente na queda do número de mulheres qualificadas na economia.

Além das questões estruturais da profissão de economistas, aponta-se também as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho que remontam a cargo, salário, tempo e possibilidades, a exemplo dos resultados apontados por pesquisa do IBGE que demonstra que em 2019, as mulheres receberam salários médios referentes a 77,7% dos recebidos pelos homens.

O caminhar desta carreira para as mulheres deve se pautar pelo entendimento de que as mulheres economistas são essenciais na luta por uma sociedade mais inclusiva e as ações devem buscar a ampliação da participação dessas profissionais no mercado de trabalho e em projetos determinantes para a economia brasileira. Neste processo perpassa-se pelo resgate da ciência econômica e sua colocação em posição de formular uma sociedade melhor e de revisora da função e a missão dos economistas.

Os artigos de economistas divulgados pelo CoreconPR são da inteira responsabilidade dos seus autores, não significando que o Conselho esteja de acordo com as opiniões expostas. É reservado ao CoreconPR o direito de recusar textos que considere inadequados.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, E. O. Divisão Sexual do Trabalho: Uma análise comparativa entre as teorias sociológicas e econômicas. **Ariús**. Campina Grande, v. 17, n. 2, p. 47-66, Jul./Dez. 2011.

BODKIN, R. G. The issue of female agency in Classical Economic Thought: Jane Marcet, Harriet Martineau, and the Men. **Gender Issues**, v. 17, p. 62-73, 1999.

BOHN, L.; FERNANDEZ, B. P. M. Jane Marcet e Harriet Martineau: as Pioneiras da Economia Política Clássica e o Uso da Literatura para a Divulgação Científica. In: FERNANDEZ, Brena Paula Magn (Org.). *Mulheres na História do Pensamento Econômico*. Florianópolis: Peregrinas, 2022.

BOLT, C. Sisterhood questioned? Race, class, and internationalism in the American and British women's movements -m 1880s-1970. **Routledge**. New York, n.1, p.45-52, 2004.

CABELLO, A. Taxas de Conclusão em Cursos de Economia – Uma Análise usando a Metodologia do INEP. **Eco da Graduação**, v. 6, n. 1, p. 105-115, 2021.

DIMAND, R. W.; FORGET, E. L.; NYLAND, L. Retrospectives: Gender in Classical Economics. **Journal of Economic Perspectives**, v. 18, n. 1, p. 229-240, 2004.

DIOGO, M. F.; COUTINHO, M. C. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. **Interações**, v. XI, n. 21, p. 121-142, jan./jun. 2006.

GONÇALVES, R. Expansão e declínio da produção de economistas no Brasil: causas e implicações. **Texto para Discussão** - Instituto de Economia – UFRJ, n. 038, p. 1-60, nov. 2021.

HENDERSON, W. **Economics as Literature**. Londres: Routledge, 1995.

HOLLIS, H. The rhetoric of Jane Marcet's popularizing political economy. **Nineteenth-Century Contexts: An Interdisciplinary Journal**, v. 24, n. 4, p. 379-396, 2002.

ILO. International Labour Office. **Women at Work: Trends** – 2016. Genebra: ILO, 2017.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2011** - RESUMO TÉCNICO. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf. Acesso em jan. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2013** - RESUMO TÉCNICO. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2013.pdf. Acesso em jan. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2015** - RESUMO TÉCNICO. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf. Acesso em jan. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2016** - RESUMO TÉCNICO. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em jan. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior – 2021**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em jan. 2022.

INEP. **Microdados do Censo da Educação Superior – 2011 a 2021**. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em jan. 2022.

JANSEN, M. **Mulheres economistas**: reflexões sobre os avanços e limites no século XXI. (mar. 2020). Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2020/03/08/artigo-mulheres-e-a-economia/>. Acesso em jan. 2022.

LEONE, E. T.; PORTILHO, L. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. In: GRECCO, F. S.; FURNO, J. C.; TEIXEIRA, M. O. **Dossiê: Economia Feminista - Temáticas**. Campinas, Ano 26, n. 52, p. 227-103, 2018.

MADALOZZO, R. Occupational segregation and the gender wage gap in Brazil: an empirical analysis. **Economia aplicada**, v. 14, n. 2, p. 147-168, 2010.

ROCHA, F.; DIAZ, M. D.; PEREDA, P. **A participação feminina na carreira em economia**. (out. 2020). Disponível em: <https://terraoeconomico.com.br/a-participacao-feminina-na-carreira-em-economia/>. Acesso em jan. 2022.

WORLD BANK. **Banco de dados**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org>>. Acesso em 26 ago. 2018.

YANNOULAS, S. C. **Dossiê**: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002.